deve ler-se:

Serviço	Nome	Categoria	Classe pessoal		
			Civil	Predial	Notariado
1.º Cartório Notarial do Funchal	 Ana Maria Aguiar Saraiva Rodrigues de Freitas ... Ana Bela Oliveira Costa	 Ajudante principal ... Primeiro-ajudante ...	...	...	... 1.ª 2.ª

16 de Setembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 21 143/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado do Ambiente de 20 de Agosto de 2005:

Cecília Maria Soares de Medeiros, técnica superior de 1.ª classe — autorizada a passagem ao regime da semana de quatro dias, de segunda-feira a quinta-feira, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 352/99, de 18 de Agosto, com início em 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços, por delegação do Presidente, *Ana Paula Rodrigues*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 773/2005. — Considerando que a aplicação da Directiva n.º 91/676/CEE, relativa à poluição provocada por nitratos de origem agrícola, é objecto, desde Outubro de 2000, de um processo pré-contencioso comunitário por insuficiente designação de zonas vulneráveis, uma vez que os estudos técnicos efectuados sob responsabilidade dos serviços da Comissão Europeia referem que as autoridades portuguesas deveriam ter identificado, pelo menos, 22 zonas como vulneráveis;

Considerando que das 22 zonas identificadas pela Comissão Europeia, apenas 3 foram até agora designadas;

Considerando que os estudos e as respostas das autoridades portuguesas não foram considerados suficientes para alterar a posição da Comissão Europeia, tendo o processo, a partir de Julho de 2001, passando à fase de parecer fundamentado;

Considerando que a Comissão Europeia aceitou agora analisar tecnicamente o processo com as autoridades portuguesas, tendo, para esse efeito, promovido: i) a realização de uma reunião, no dia 4 de Fevereiro de 2005; ii) a deslocação a Portugal de um perito da Comissão Europeia para visitar algumas zonas em contencioso; e iii) uma reunião final, em Bruxelas, no dia 20 de Maio de 2005;

Considerando que, nesta reunião, a Comissão Europeia propôs um último período até finais de 2005, para as autoridades portuguesas apresentarem e fundamentarem as medidas que entendem necessárias para resolver o processo pré-contencioso, determina-se a constituição de um grupo de trabalho, com o seguinte mandato:

- Analisar a situação de cada uma das zonas e diagnosticar as prováveis causas dos problemas de poluição ou de eutrofização verificados;
- Propor as medidas e acções necessárias para resolver a situação identificada, com a respectiva calendarização.

O grupo de trabalho é constituído por representantes das seguintes entidades:

Ministério do Ambiente do Território e do Desenvolvimento Regional:

- Instituto da Água (INAG), que assegura a coordenação global das actividades do grupo de trabalho;

- Comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR);
- Gabinete de Relações Internacionais.

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

- Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), que assegura a coordenação das actividades a desenvolver pelos organismos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Direcções regionais de agricultura;
- Auditora do Ambiente.

Poderão ser chamados a prestar assessoria técnica ao grupo de trabalho outras pessoas e entidades de reconhecida competência, conforme a natureza das actividades a desenvolver.

O apoio logístico e de secretariado será proporcionado pelo INAG e pelo IDRHa.

O grupo de trabalho elaborará, para cada uma das zonas, um relatório técnico, que será apresentado à Comissão Europeia, o mais tardar, até 30 de Novembro de 2005.

9 de Setembro de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 8662/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, autorizado por despacho do secretário-geral-adjunto do Ministério da Economia e da Inovação de 21 de Setembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de sete dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicitação do presente aviso, concurso interno de acesso limitado com vista ao provimento de 36 lugares de inspector técnico especialista da carreira de inspector técnico, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, aprovado nos termos da Portaria n.º 321/93, de 19 de Março, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, consubstanciadas no Decreto Regulamentar n.º 48/2002, de 26 de Novembro.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — o conteúdo dos lugares a preencher vem previsto no anexo I ao Decreto Regulamentar n.º 48/2002, de 26 de Novembro.

4 — O local de trabalho é nos locais onde se encontram colocados, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 46/2004, de 3 de Março.

5 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais — o vencimento é o inerente à carreira de inspector-adjunto, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — São requisitos gerais e especiais de admissão a este concurso, cumulativamente, os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como os estabelecidos na alínea b) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril.

7 — Métodos de selecção:

7.1 — Provas de conhecimentos — o programa das provas de conhecimentos consta do despacho conjunto n.º 587/2004, de 12 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 27 de Setembro de 2004;

7.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, considerando e ponderando, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- Com significativa ponderação total da avaliação, a totalidade do tempo de serviço prestado nas categorias de inspector técnico principal e de inspector técnico da carreira de inspector técnico, tendo em atenção o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2002, de 26 de Novembro;
- A formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso;
- A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para o qual o concurso é aberto, bem como outras capacidades adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;

7.3 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação das provas de conhecimentos, da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 10 valores.

10 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão ao concurso, e respectiva documentação, deverá ser dirigido ao inspector-geral das Actividades Económicas, indicando a qual das categorias se refere, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido através de correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, para a Divisão de Informação e Expediente Geral, Avenida do Duque d'Ávila, 139, 1050-081 Lisboa, ou para os núcleos de apoio das respectivas direcções regionais ou delegações das direcções regionais.

10.1 — O requerimento de admissão ao concurso deverá conter os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade e estado civil, número de contribuinte e situação militar, sendo caso disso), residência, código postal e telefone;
- Indicação da categoria detida e da categoria à qual se candidata;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de provimento na função pública;
- Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

10.2 — O requerimento de admissão deverá ainda ser acompanhado da seguinte documentação:

- Curriculum vitae*, datado, assinado e detalhado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas, cujo certificado deve ser apresentado se for solicitado pelo júri (cursos, estágios, encontros e simpósios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração e datas de realização);
- Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

11 — A lista dos candidatos admitidos ao concurso é afixada, para consulta, nas instalações de todos os serviços da Inspecção-Geral das Actividades Económicas em que se encontrem colocados concorrentes.

12 — A lista de classificação final é afixada no serviço indicado no n.º 4 e será publicado aviso no *Diário da República*, 2.ª série, informando dessa afixação.

13 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

14 — A não apresentação dos documentos solicitados no presente aviso de abertura determina a exclusão do concurso, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de

documentos autênticos ou autenticados, comprovativos das suas declarações.

16 — Legislação aplicável — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. O concurso rege-se ainda pela Portaria n.º 258/2004, de 9 de Março, pelos Decretos-Leis n.ºs 187/2003, de 20 de Agosto, 204/98, de 11 de Julho, 175/98, de 2 de Julho, 247/91, de 10 de Julho, e 141/2001, de 24 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio.

17 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Maria de Fátima Peixoto de Barros Araújo, inspectora superior principal.

Vogais efectivos:

- Licenciada Amátilde do Céu Rodrigues Fernandes, inspectora.
- Licenciado Joaquim Carlos Magalhães Albuquerque, inspector.

Vogais suplentes:

- Licenciada Maria Alice Marques Teixeira, inspectora superior.
- Licenciada Teresa Isabel Esteves Fontes Neves de Sousa Coelho, inspectora.

18 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

21 de Setembro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Inspecção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 21 144/2005 (2.ª série). — Obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral, são reclassificados, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de inspector técnico principal, da carreira de inspector técnico, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Económicas, os técnicos principais, da carreira de inspector técnico do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo, Berta Maria Ramos Lopes, Fernando José Carmo Oliveira e Silva, Luís Miguel de Almeida Barata Pindêlo e Maria Luís Santos Carvalho de Sousa e Silva Pindêlo, ficando posicionados no escalão 1, índice 440, da nova carreira e categoria, com efeitos a 22 de Março de 2004, sendo que o pagamento das diferenças de vencimento bem como o suplemento de função inspectiva serão da responsabilidade da Inspecção-Geral das Actividades Económicas. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2005. — Pelo Inspector-Geral, o Subinspector-Geral, *Silvério Henrique da Costa Jónatas*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 21 145/2005 (2.ª série). — Considerando que se torna necessário garantir uma adequada celeridade e eficácia às decisões administrativas, ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Delego na directora do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA), Maria Rita de Oliveira Horta, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito da gestão do respectivo organismo:

- Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços até ao limite anual de € 5000;
- Autorizar deslocações na União Europeia, dentro dos condicionalismos legais;
- Autorizar despesas resultantes de acidentes em serviço até ao limite de € 7500;
- Autorizar despesas de indemnizações a terceiros resultantes de acidentes com viaturas do serviço até ao limite de € 15 000;
- Conceder, suspender ou revogar os títulos de reconhecimento ou pré-reconhecimento com organizações e agrupamentos de produtores;